



ISDPC

Curso de Identificação,
Salvaguarda e Difusão
do Patrimônio Cultural

História de Minas

**Vanessa Lana;
Patrícia Vargas Lopes de Araujo**



Universidade Federal de Viçosa

Reitor: Demetrius David da Silva

Vice-Reitora: Rejane Nascentes

cead^{UFV}

Coordenadoria de
Educação Aberta e a Distância

**Coordenadoria de Educação
Aberta e a Distância**

Diretor: Francisco de Assis de Carvalho Pinto

Campus Universitário, s/n. Viçosa/MG - CEP 36570-900,

Telefone: (31) 3612 1251 - e-mail: cead@ufv.br

Ficha Técnica:

Capa: Ênio Venâncio

Layout e Diagramação: Adrielle Mariana, Ana Luísa Medeiros,
Antônio dos Santos, Stéfany Peron e Pedro Eni Lourenço

Edição de conteúdo e CopyDesk: João Batista Mota

**Ficha catalográfica elaborada pela Seção de Catalogação e Classificação da
Biblioteca Central da Universidade Federal de Viçosa – Campus Viçosa**

L243h
2023 Lana, Vanessa, 1982-.
História de Minas [recurso eletrônico] / Vanessa Lana,
Patrícia Vargas Lopes de Araújo. -- Viçosa, MG: UFV, CEAD, 2023.

1 apostila eletrônica (44 p) : il. (algumas color.). --
(Curso de identificação, salvaguarda e difusão do patrimônio
cultural).

Disponível em: [https://portalead.cead.ufv.br/site/categoria/
curta-duracao/](https://portalead.cead.ufv.br/site/categoria/curta-duracao/)
Inclui bibliografia.

1. Patrimônio cultural. 2. Identidade social – Minas Gerais.
3. Minas Gerais – História. 4. Memória coletiva – Minas Gerais.
I. Araújo, Patrícia Vargas Lopes de, 1979-. II. Universidade Federal
de Viçosa. Coordenadoria de Educação Aberta e à Distância.
III. Título. IV. Série.

CDD 22. ed. 363.69

Bibliotecário responsável: Euzébio Luiz Pinto – CRB 6/3317

Viçosa, 2023

Sumário

Apresentação.....	4
1. As Minas Gerais e o ideal de mineiridade	5
2. Povoamento e formação da Capitania de Minas Gerais.....	10
3. Arraiais, vilas e cidades em Minas Colonial ..	15
4. Formação econômica de Minas Gerais	21
5. Os mundos do trabalho em Minas Gerais: Escravidão e imigração.....	26
6. Sociedade e relações de família e poder em Minas Gerais.....	31
7. A modernidade em Minas: A construção da nova capital - Belo Horizonte	36
8. Cidades mineiras e o patrimônio cultural ...	41
Materiais Complementares	46
Sessão especial	46

Significado dos ícones da apostila

Para facilitar o seu estudo e a compreensão imediata do conteúdo apresentado, ao longo de todas as apostilas, você vai encontrar pequenas figuras ao lado do texto. Elas têm o objetivo de chamar a sua atenção para determinados trechos do conteúdo, com uma função específica, como apresentamos a seguir:



DESTAQUE: são definições, conceitos ou afirmações importantes às quais você deve estar atento.



SAIBA MAIS: Se você quiser complementar ou aprofundar o conteúdo apresentado na apostila, tem a opção de links na internet, onde pode obter vídeos, sites ou artigos relacionados ao tema.



GLOSSÁRIO: Informações pertinentes ao texto, para situá-lo melhor sobre determinado termo, autor, entidade, fato ou época, que você pode desconhecer.



PARA REFLETIR: vai fazer você relacionar um tópico a uma situação externa, em outro contexto.



EXERCÍCIOS: são momentos para você colocar em prática o que foi aprendido.

Apresentação

Car@s alun@s,

Vamos iniciar nossos estudos de História de Minas. Esta disciplina busca discutir aspectos da formação histórica de Minas Gerais, com ênfase nos séculos XVIII e XIX. Serão analisados os processos de ocupação dos territórios e a constituição de núcleos de povoamento, a fundação de vilas e cidades, de formação social e econômica da região; a organização social e cultural; os mundos do trabalho, as relações de família e poder, e a organização política, com a transferência da capital para Belo Horizonte.

O estado de Minas Gerais, como o conhecemos, nem sempre existiu; da mesma forma, seu território nem sempre teve a configuração atual. Seus limites atuais são resultado de um longo processo historicamente constituído, marcado por deslocamentos pelo território por diferentes grupos étnicos; ocupação desse espaço por grupos populacionais oriundos de diversas regiões do Brasil e de outras partes do mundo; conflitos; revoltas; processos de territorialização; estabelecimento do aparato estatal e formação da sociedade.

Em 2020, comemoraram-se os 300 anos da criação da Capitania de Minas Gerais, ocorrida por Carta Régia, em 21 de fevereiro de 1720. Dessa maneira, é um momento oportuno para se conhecer mais sobre a história de Minas Gerais e para a reflexão sobre as condições e circunstâncias nas quais ocorreram o povoamento e a formação da Capitania de Minas Gerais. É importante também discutir sobre aspectos da formação da economia mineira, suas relações de trabalho, aspectos sociais e culturais que historicamente formaram a identidade do povo mineiro.

Essa apostila é um de seus instrumentos de estudos, ao lado da bibliografia obrigatória indicada, das aulas narradas e demais atividades desenvolvidas ao longo do curso. Foi produzida com a finalidade de contribuir para a melhor compreensão da bibliografia indicada, auxiliando no entendimento da estrutura do texto de leitura obrigatória e dos argumentos dos autores, tornando mais claras as principais questões abordadas e oferecendo informações complementares.

Para atender aos objetivos da disciplina, cada capítulo corresponde a uma aula. Cada capítulo foi subdividido em tópicos, com o intuito de favorecer a compreensão da organização do texto e das ideias dos autores.

Ao final do curso, esperamos que você seja capaz de identificar e problematizar questões relativas à história de Minas Gerais entre os séculos XVIII e XIX, a partir dos conteúdos abordados, da bibliografia indicada e das reflexões efetuadas, posicionando-se de maneira crítica frente às discussões formuladas.

Bons estudos!

Vanessa Lana

Patrícia Vargas Lopes de Araujo



1. As Minas Gerais e o ideal de mineiridade

1. Introdução

Para discutirmos as Minas Gerais e o ideal de mineiridade, vamos analisar a sua formação como estado, pensando nas suas características mais gerais. Trabalharemos com a perspectiva da “História Regional”, buscando compreender no que se baseia essa forma de análise e compreensão histórica, e como ela nos auxilia a pensar Minas Gerais em suas particularidades.

Discutiremos ainda questões culturais e identitárias do estado, pensando, por exemplo, como a ideia de “mineiridade” impacta na construção da nossa identidade e nos permite compreender nosso espaço de inserção social.

2. Características Da Formação

Minas Gerais é o quarto maior estado brasileiro em dimensões territoriais e faz divisa com outros estados: São Paulo, ao sul e sudoeste; Mato Grosso do Sul, a oeste; Goiás e Distrito Federal, a noroeste; Bahia, a norte e nordeste; Espírito Santo, a leste, e Rio de Janeiro, a sudeste.

Minas tem ainda a maior quantidade de municípios em seu território, quando comparado aos demais estados da federação. São mais de 800 municípios com autonomia administrativa. Sua capital, Belo Horizonte, tem uma população estimada em mais de 2 milhões de habitantes.

O estado é conhecido por sua rica e saborosa gastronomia; pelas belezas naturais; por um patrimônio histórico - material, imaterial e natural – riquíssimo; por manifestações religiosas tradicionais, etc. Por esses e outros fatores, é um importante destino turístico.

Mas Minas são muitas. Nossa diversidade regional, social e cultural é uma de nossas principais características, conferindo identidade ao estado. Nesta aula vamos discutir um pouco dessas peculiaridades mineiras e da formação e construção da nossa identidade.

3. Um Estado, Muitas Regiões

Minas Gerais é um estado da federação brasileira, com características topográficas, climáticas, geográficas, culturais, políticas e econômicas específicas. Ao pensarmos em Minas Gerais como uma região, dentro do Estado brasileiro, é importante, primieramente, definirmos o que entendemos por região. E essa definição é fundamental para nosso curso.



Compreendemos região como um território delimitado, parte de uma unidade maior e interdependente com outras regiões, composta de subunidades, com um sistema de valores e interesses que lhe concede forma e identidade coletiva. Podemos caracterizar região como uma categoria espacial que expressa uma especificidade, uma

singularidade, dentro de uma totalidade. Região, então, se configura como um espaço particular dentro de determinada organização social mais ampla, com a qual se articula.

Como estado, Minas Gerais é dividido em regiões, que apresentam características bem peculiares. Um dos conceitos que mais bem representa as diversas regiões dentro de Minas e a articulação entre elas, tanto numa perspectiva histórica quanto contemporânea, é o de Mosaico Mineiro.

A ideia do Mosaico Mineiro foi cunhada por um americanista que estudou Minas Gerais num trabalho intitulado O fiel da balança - Minas Gerais na federação brasileira. O autor, John Wirth, analisou a dinâmica regional do federalismo brasileiro, com um recorte temporal de 1889 a 1937, propondo um estudo temático, e não necessariamente cronológico. Nesse sentido, explorou diversos pontos sobre a realidade mineira que abarcam aspectos de economia, do povo, da sociedade, da política e da cultura.

Um dos pontos-chaves da obra é o argumento de que, apesar das grandes diferenças sub-regionais, a política interna mineira apresentou uma grande tendência à unidade no âmbito da federação - fato gerador da estratégia de buscar no governo federal os recursos econômicos de que o estado carecia. Minas Gerais, assim, foi capaz de se manter como o segundo principal estado brasileiro, sob o ponto de vista político e econômico, durante as décadas iniciais do regime republicano.

Duas razões foram apresentadas por John Wirth em O fiel da balança... para que essa maneira de condução da política mineira tenha dado certo:

- A grande capacidade de organização política das elites mineiras, destacando-se o papel do Partido Republicano Mineiro (PRM);
- O compartilhamento de certas condições sociológicas fundamentais, como o particular senso de lugar, de família e patriotismo.



O conceito do Mosaico Mineiro aponta que Minas não é uma região, mas sim um mosaico de sete zonas diferentes ou sub regiões: Triângulo; Oeste; Norte; Leste; Centro; Mata e Sul. Cada zona teria se desenvolvido e se desenvolvia numa linha diferente de tempo, dando ao estado uma longa história de crescimentos peculiares. Assim, podemos pensar o Mineiro como “elemento de identidade regional distinta”; ou uma região com marcado sentido de autonomia.

As diferentes regiões mineiras refletem também a grande diversidade cultural, que é uma característica do estado. Minas Gerais está repleto de riquezas naturais, bens patrimoniais, tradições culturais e religiosas, culinária rica e diversificada, o que atraiu historicamente a atenção, tanto para exploração das potencialidades naturais, quanto para conhecimento, turismo, etc.

Se Minas tem mais de 800 municípios, quando pensamos apenas em uma tradição cultural para cada um desses municípios, já teríamos aí uma amostra da dimensão das riquezas do nosso estado. E se delimitarmos apenas a produção cultural dos seus municípios, chegaremos a uma infinidade de elementos, muitas vezes, desconhecidos, tanto pelos moradores locais, como pelos habitantes dos outros estados.

O estado de Minas Gerais detém boa parte do patrimônio histórico nacional reconhecido e tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha). Essa característica atrai muitos turistas para as suas diferentes regiões. E é importante que tenhamos conhecimento de nossas riquezas, bem como das formas de divulgação e preservação do nosso patrimônio.

Para além da exploração turística e econômica dos aspectos culturais de Minas Gerais, é importante ter em mente a valorização de todos esses bens culturais e sua apropriação pela população, para reconhecimento das dimensões simbólica e cidadã desses aspectos.

Um dos pontos fortes da tradição cultural mineira são as manifestações folclóricas, que têm suas origens nas tradições, usos e costumes dos colonizadores portugueses, das culturas indígena e africana. Essas influências, para além das manifestações folclóricas, estão presentes em outros aspectos, como no artesanato, na culinária, nas danças típicas, nas músicas, na literatura, nas festas populares.

No campo do folclore, por exemplo, as crenças, superstições e outros elementos são cultivados e passados de geração em geração. A culinária mineira é outro aspecto forte que confere uma identidade e reconhecimento das tradições do estado. Marcada por seus temperos característicos e pratos típicos (feijão tropeiro, angu de milho verde ou de fubá com frango, paçoca de carne seca, farofas, etc.), a prática culinária criou hábitos e costumes na população, que também transcendem gerações.

A arte culinária se uniu à tradição da hospitalidade mineira, pela reunião dos membros da família aos visitantes, no oferecimento de pratos típicos que atravessam séculos de tradição. Em algumas cidades do interior do estado, é comum a organização da quitanda, com o preparo de quitutes no forno à lenha para consumo familiar e para venda em feiras locais. As comidas mineiras também são reflexo das influências indígenas, africanas e portuguesas.

4 . O Conceito De Mineiridade

Uma das expressões características em Minas Gerais, que refletem o povo mineiro e a ideia de uma identidade e cultura mineiras, é o conceito de mineiridade. De modo geral, denominamos como mineiridade o conjunto de valores, costumes e tradições que seriam comuns aos mineiros, que, de certa forma, estariam presentes no cotidiano e na sociabilidade daqueles da população.



A mineiridade, assim, pode ser entendida como um discurso que representaria uma ideia de união e fraternidade ao conjunto da população mineira. Essa ideia seria uma peculiaridade do povo mineiro em relação ao conjunto nacional do nosso país, por meio da atribuição de uma narrativa de valores, costumes e tradições que seriam específicos a Minas.

É importante destacar, porém, que esse conceito não é homogêneo; ou seja, cada estudioso se propõe a conhecer e identificar esses traços de mineiridade a partir de pon-

to de vista específico. Assim, as características podem representar mais um grupo do que propriamente toda a população, o que, por sua vez, não desqualifica as pesquisas, nem a identificação da mineiridade.

Nos discursos construídos sobre mineiridade, algumas características são constantes como os pontos que, ao longo da história, identificariam questões culturais dos mineiros. Dentre essas características podemos citar: equilíbrio, conservadorismo, eruditismo, centralidade da família, síntese nacional, apego às tradições e conciliação política, entre outros.

A própria construção do conceito de mineiridade é parte integrante da construção do imaginário social. E o imaginário, ou aquilo que identificamos na nossa mente, nas nossas vivências, é uma peça importante na organização e controle da vida coletiva, podendo ser expressado por meio de ritos, símbolos, imagens, músicas, etc.

A construção da ideia de mineiridade está relacionada ainda a questões políticas e culturais dos diferentes contextos no qual ela é refletida. Assim, podemos entender mineiridade não como algo fixo e imutável, mas sim como um conceito que é interpretado e reinterpretado de acordo com o contexto político, social e cultural no qual é produzido.



As identidades, ideias de pertencimento, são plurais e dinâmicas, originadas de peculiaridades locais de cada sociedade ou grupo social. E a mineiridade pode ser pensada como uma identidade regional, como ideologia. Nesse sentido, para deixar ainda mais claro esse conceito e suas formas de elaboração e apropriação, podemos pensar a mineiridade como uma construção imaginária, com base histórica, elaborada por grupos que têm como objetivo destacar particularidades de uma região ou de regiões de Minas, tornando-a universal, reconhecida pelos brasileiros e mineiros, para preservar ideias e representações.

5.Texto Base

Pra complementar o seu estudo sobre o tema deste capítulo, recomendamos a leitura de um artigo muito importante.

REIS, Liana Maria. Mineiridade: identidade regional e ideologia. Cadernos de História, Belo Horizonte, v. 9, n. 11, p. 89-97, 1 sem. 2007.

Autora: Liana Maria Reis, PUC Minas

Possui graduação (1984) e mestrado (1993) em História, pela Universidade Federal de Minas Gerais, e doutorado em História Social, pela Universidade de São Paulo (2002).

O artigo discute o conceito de mineiridade e como a construção deste conceito influenciou no imaginário social. O conceito não se encontra presente somente no imaginário, mas nas especificidades e nos fatos da história mineira desde o século XVIII. Destaca também como seu uso se tornou recorrente, como ideologia, pelas elites políticas de Minas Gerais, para garantir lugar diferenciado no cenário político republicano nacional. O artigo aponta características da sociedade mineira e particularidades que refletem tanto na identidade e na vida social como vertentes da construção política de Minas Gerais



2. Povoamento e formação da Capitania de Minas Gerais

1. Introdução

Neste tópico, discutiremos temas relacionados à formação da Capitania de Minas Gerais no século XVIII e o processo de povoamento do território mineiro. Nosso objetivo é refletir sobre as especificidades desse processo e sobre como se definiram as divisas territoriais do estado, bem como a formação da sociedade mineira no período colonial.

2. A Ocupação Do Território E A Formação Da Capitania De Minas Gerais

Quando da chegada dos portugueses à América, por volta do ano de 1500, o território, que mais tarde se tornaria o Brasil, não era um espaço vazio. Era habitado por diversos povos, que em sua maioria falavam línguas tupi-guarani.

O atual território de Minas Gerais era, por essa época, considerado como “**os sertões**”, isto é, um lugar repleto de perigo, de índios bravios, de doenças e de animais peçonhentos. Quando da chegada de Pedro Álvares Cabral ao Brasil, pela altura da baía de Porto Seguro, no sul do atual estado da Bahia, Minas Gerais era povoada por diversos grupos étnicos, que se movimentavam e migravam pelo território em diversas direções.



Sertões: “A origem do termo ‘sertão’ parece estar intimamente ligada à empresa colonial. Ao que tudo indica, as primeiras ocorrências da palavra coincidem com o início da expansão ultramarina portuguesa no século XV. (...) Segundo o dicionário Bluteau, publicado no período 1712-1721, o sertão é uma ‘região distante do mar’. Definição que será complementada um século mais tarde por Antônio de Moraes Silva: ‘o interior, o coração das terras; é opp, ao marítimo, praias e costas (...). O sertão toma-se por mato longe da costa” (FONSECA, Cláudia Damasceno. **Arraiais e Vilas D’el Rei** – Espaço e poder nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2011, p. 52).

As primeiras incursões pelo território que viria a ser as Minas Gerais estão ligadas às expedições organizadas no século XVI, chamadas de “entradas”, que partiam de diferentes pontos do litoral brasileiro (das capitanias do Espírito Santo, de Porto Seguro e da Bahia), acompanhando o curso dos rios. Antes de se encontrar ouro, tais expedições tinham como finalidade achar as “pedras verdes”.

Viajando meses por terras desconhecidas, alguns dos desbravadores chegaram aos sertões do rio Jequitinhonha, na região de Araçuaí, Minas Novas, Diamantina e Serro, localidades que posteriormente se revelariam grandes produtoras de ouro e diamantes.

Curso de Extensão em Identificação, Salvaguarda e Difusão do Patrimônio Cultural

A partir dos finais do século XVII, a vila de São Paulo de Piratininga tornou-se o principal centro de organização das expedições para adentrar os sertões. Tais expedições denominaram-se “bandeiras”. A partir daí as expedições ao território ocorreriam sobretudo a partir de São Paulo, com o objetivo do apresamento de índios, seguida da busca do ouro. As primeiras alusões às “Minas dos Cataguás” e aos “sertões do Caeté”, denominações primitivas para referir-se a Minas Gerais, datam de 1664.



Com as descobertas auríferas multiplicaram-se as bandeiras. Com a descoberta do “ouro preto”, houve uma rápida e intensa ocupação do território. Nessa primeira fase, diante da ausência do Estado e da Igreja, Minas Gerais, na condição de terra a ser desbravada, foi, de certa forma, considerada “terra de ninguém”. Nos primeiros tempos, a ocupação foi imprevidente e desordenada.

O número de pessoas para essa região fez com que logo se tornasse necessária a instalação do poder régio. Estima-se que, nos primeiros 15 anos de povoamento, o fluxo migratório atingiu entre 30 e 50 mil pessoas.

As autoridades portuguesas buscaram rapidamente estabelecer uma política urbanizadora e organizar o aparato fiscal e administrativo. Nesse sentido, uma das primeiras providências foi a normatização da arrecadação tributária, por meio da adoção da cobrança do quinto a partir de 1700. Além disso, buscaram estabelecer ações com vistas aos bons costumes, à disciplina e ao controle das transgressões.

Organizou-se também a doação de terras. Além das sesmarias, que eram o modo usual de distribuição de terras na América Portuguesa, procedeu-se também a doação de datas, ou seja, terras de perscrutação minerais, cujo tamanho estava relacionado ao número de escravos.

O povoamento rápido provocou impactos nas regiões mineradoras. A distância de outras regiões produtoras e a precariedade dos caminhos e dos transportes levou ao aumento dos preços de mercado, da escassez de produtos, particularmente de alimentos. Dessa maneira, entre finais do século XVII e início do século XVIII ocorreriam grandes surtos de fome, juntamente com epidemias e enchentes nos rios, que levariam à dispersão dos mineradores.

Diante dessas circunstâncias, a Coroa agiria rapidamente e tomaria medidas visando resolver tais problemas. Além dessas questões, ocorreu também disputas entre paulistas e “forasteiros” pelo controle da região. Frente à situação desordenada dos acampamentos e arraiais, e da dificuldade do estabelecimento de ordenamentos jurídicos vigentes em Portugal, a monarquia portuguesa buscou “pacificar” a chamada Guerra dos Emboabas.



Guerra dos Emboabas: é a denominação para os conflitos ocorridos entre 1708 e 1709 pelo direito de explorar as descobertas auríferas no território de Minas Gerais. O conflito se deu entre os desbravadores paulistas, considerados “pioneiros”, e os “forasteiros”, apelidados pejorativamente de “emboabas”, e que chegaram depois das descobertas das minas. Esse grupo era formado por portugueses

vindos da Europa e pessoas vindas de diferentes partes do Brasil, especialmente do Nordeste, e eram liderados por Manuel Nunes Viana.



SAIBA MAIS: ROMEIRO, Adriana. Guerras dos Emboabas. Balanço Histórico. Revista do Arquivo Público – Ensaios, 2009, p. 107-117. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/ensaio01_2009.pdf

Houve também a preocupação com o estabelecimento de núcleos urbanos com autoridades instaladas, sendo fundadas, na primeira década do século XVIII, as primeiras vilas do território mineiro, distribuídas por três comarcas: Rio das Velhas ou Sabará, Rio das Mortes e Vila Rica, com limites estabelecidos em 1714.

Até 1709, o vasto território das Minas se subordinava administrativamente à Capitania do Rio de Janeiro. Nesse ano, após o fim da Guerra dos Emboabas, seria criada, por Carta Régia de 9 de novembro, a Capitania de São Paulo e Minas Gerais, independente da Capitania do Rio de Janeiro. Desde o início, os governadores nomeados para governar a Capitania de São Paulo e Minas Gerais enfrentaram diversos problemas relativos à jurisdição.



Um conjunto de insurreições (diversas revoltas escravas entre 1711-1719; motins e o levante de 1720, também conhecido por Sedição de Vila Rica) levou à necessidade de criação da Capitania de Minas Gerais. O objetivo era que a presença da Coroa se fizesse de maneira mais marcante, por meio da figura do governador e de todo aparato administrativo, judiciário e militar, indispensável para impor a ordem àquela região.

Por Carta Régia de 21 de fevereiro de 1720, após a Sedição de Vila Rica, foi criada a Capitania de Minas Gerais, sendo sua primeira sede administrativa Vila Rica. A partir desse momento, Minas Gerais começava a existir como uma unidade administrativa e territorial autônoma, organizando-se política e administrativamente. Nesse sentido, parte importante desse processo esteve relacionado também à constituição de sua sociedade.

3. A Sociedade Mineira Colonial

De acordo com Silveira (1998), a compreensão da sociedade mineira do século XVIII deve considerar três aspectos fundamentais. O primeiro deles diz respeito ao fato de que se tratava de uma sociedade em formação, caracterizada por um processo recente de ocupação de territórios, moldados por regras institucionais e padrões de sociabilidade distintos, conflituosos e indefinidos.

O segundo aspecto está relacionado à forma de estruturação dessa sociedade, ligada singularmente às “peculiaridades da economia aurífera”. Elas foram expressas tanto na dinâmica produtiva e mercantil quanto nos movimentos demográficos, que provoca-

Curso de Extensão em Identificação, Salvaguarda e Difusão do Patrimônio Cultural

ram, ao longo do século XVIII, deslocamentos de significativos contingentes populacionais às Minas Gerais; ocupação do território mediante a expulsão de populações indígenas; desmatamento; combate a quilombos e farta distribuição de sesmaria.

Essa dinâmica levou também ao estabelecimento de diversos centros urbanos, organizados mediante exigências econômicas, jurídico-administrativas e bélicas. Esse movimento demográfico acarretou inversões rápidas e decisivas quanto à estratificação social.

E, por fim, o terceiro aspecto a considerar é que a formação da sociedade mineira se inseriu em uma conjuntura mais abrangente das sociedades de Antigo Regime, e suas contradições, circunstanciada pela consolidação das monarquias nacionais e do mercado capitalista. A sociedade mineira era marcada por uma ordem social que se regulava por modelos ideológicos sustentados pelo determinismo natural e divino, reforçado por princípios do nascimento e da vocação.



Nessa organização, o lugar dos indivíduos na sociedade e a função que desempenhavam — representados em termos de ordens e corporações fixas — estavam ligados à sua origem e às determinações prescritas pela Providência, ou seja, por Deus. Isso significa dizer que se tratava de uma sociedade guiada por valores de uma sociedade de ordens.

As concepções apoiadas no determinismo natural, que relacionava nascimento à posição social, pouco a pouco foram cotidianamente questionadas em função da importância assumida pela riqueza na estratificação social. Na América Portuguesa, os elementos distintivos das sociedades estamentais também se confrontavam com as mudanças promovidas pelo mercado.

Nas Minas Gerais, a fluidez da sociedade e, em alguns casos, o acesso a um enriquecimento rápido, promovido pelo empreendimento minerador, possibilitaram a mobilidade social e ingresso a formas de enobrecimento. No entanto, a lenta sedimentação das camadas sociais fez também com que ocorresse a concentração de riqueza e o aparecimento de grupos intermediários. A vida social mineira, diferentemente de outras regiões do Brasil, desenvolveu-se ligada ao movimento de expansão do mercado e ao estabelecimento de núcleos urbanos.



A formação da sociedade mineira foi marcada pela complexidade. Sua experiência urbana, a especificidade das relações escravistas que se estabeleceram, a diversificação de sua economia, e as tensões e os conflitos que envolviam os elementos de sua população, bem como entre sua população e os funcionários régios, revelaram uma região e cultura marcadas pela diversidade de referenciais.

Não obstante o vigor econômico, os recursos eram escassos e o modo de distribuí-los passaria amplamente pela apropriação bélica. A sociedade mineira seria marcada pelo impacto da cultura mediterrânea da honra, permeada pelo patrimonialismo, pelas características estamentais das sociedades do Antigo Regime e pelas novelas de cavalaria.

A sociedade seria regida por uma “honra pelo avesso”, marcada por uma obsessiva preocupação de distinção, que se tornaria um dos pilares de uma sociedade rústica na qual, quanto mais a dívida se generalizava, mais se fazia a guerra.

4. Bibliografia

BOTELHO, Angela Vianna. “Povoamento” e “Capitania de Minas Gerais”. In: ROMEIRO, Adriana; BOTELHO, Angela Vianna (org.). Dicionário Histórico das Minas Gerais – Período Colonial. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

FONSECA, Cláudia Damasceno. Arraiais e Vilas D’el Rei – Espaço e poder nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2011.

MORAES, Fernanda Borges de. De arraiais, vilas e caminhos: a rede urbana das Minas coloniais. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (org.). História de Minas Gerais – v. 01: As Minas Setecentistas. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007.

SILVEIRA, Marco Antônio. “Sociedade”. In: ROMEIRO, Adriana; BOTELHO, Angela Vianna (org.). Dicionário Histórico das Minas Gerais – Período Colonial. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

3. Arraiais, vilas e cidades em Minas Colonial

1. Introdução

Dando continuidade a nossos estudos, nesta aula temos como objetivo refletir sobre processo de fundação de arraiais, vilas e cidades em Minas colonial e o processo de fundação de núcleos urbanos pelo território. Buscamos também compreender a maneira pela qual se constituíram as articulações entre as regiões, por meio da formação de polos urbanos regionais.

2. O Povoamento Da América Portuguesa

Entre 1549-1818, foram fundadas no Brasil apenas 12 cidades: duas na Capitania do Rio de Janeiro e as demais cidades na Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí e São Paulo. Por volta de 1822, às vésperas da Independência, continuava surpreendente o pequeno número de cidades e vilas fundadas em território brasileiro.



O processo de povoamento da América Portuguesa ocorreu de maneira bastante acanhada nos dois primeiros séculos de colonização, e a escolha dos primeiros locais de assentamentos estava relacionado à defesa do vasto litoral. Com exceção de São Paulo de Piratininga (1558), todas as cidades fundadas nos séculos XVI se localizavam no litoral.

No século XVII, essa tendência permaneceria, prevalecendo a concentração de vilas no litoral ou próximo a ele, e a preocupação com a defesa. O núcleo mais significativo de interiorização do território estava circunscrito à região do Vale do Paraíba e à região circunvizinha à vila de São Paulo. A localização mais interiorizada permitiu aos habitantes dessa região, “submetidos ao relativo isolamento imposto pela serra do Mar”, estabelecerem “um contato mais estreito com os habitantes da terra, desenvolvendo grande capacidade de adaptação e domínio das condições hostis do sertão e nele passando a se movimentar com desenvoltura” (MORAES, 2007, p. 55-56).

A partir de meados do século XVII, a Coroa Portuguesa concentraria seus esforços na colonização do continente americano. Um conjunto de ações e de empreendimentos seriam tomados com vistas a tal intuito (por exemplo, expedições sertanejas para apresamento indígena e prospecção mineral, expansão pastoril do Nordeste, entre outras), que criaram condições para transformações no cenário urbano ocorridas na Colônia no século XVIII. Como resultado dessas transformações, é possível observar um processo de conquista e povoamento de áreas do planalto brasileiro e das planícies amazônicas, com a fundação de vilas situadas a milhares de quilômetros do litoral.

História de Minas

V. Lana; P.V. Lopes de Araujo

A historiografia do período colonial tem destacado a singularidade do caráter urbano do processo de povoamento das Minas Gerais, diferenciando-o de outras Capitânicas. Outras regiões da América Portuguesa distinguiram-se pela exploração de base extrativista, agrícola ou pecuária, caracterizadas por assentamentos humanos pouco densos e por baixas taxas de crescimento.

Por suas características, tais regiões demandaram pouco a presença de núcleos urbanos, estando esses núcleos associados a pontos estrategicamente localizados de comercialização e de escoamento de produção.

Diferentes aspectos contribuiriam para a singularidade do processo de urbanização mais efetivo em Minas Gerais. Nas primeiras décadas do século XVIII se notava uma clara reversão da condição de “coisa provisória” a que esteve submetido o território de Minas Gerais nos primeiros tempos de povoamento.

Se a mineração provocou um rápido povoamento das Minas Gerais, estimulou também o desenvolvimento de atividades mercantis indispensáveis ao abastecimento das áreas de mineração, promovendo a articulação não apenas de áreas da Capitania, mas também com outras regiões e com a Metrópole.



Em 1776, a população de Minas Gerais era de 319.769 habitantes, fazendo com que a Capitania de Minas Gerais fosse a mais populosa da América Portuguesa. No final do período colonial, a população da Capitania chegou a mais de 500 mil “almas”, isto é, habitantes.

3. A Fundação De Vilas Em Minas Gerais

Como vimos, a região do atual estado de Minas Gerais foi, desde meados do século XVI, um espaço percorrido por bandeiras de apresamento e de prospecção de metais. No decurso dessas expedições, ocorreu o estabelecimento de núcleos de povoamento, bem como confrontos entre os colonos brancos e os grupos indígenas, estabelecidos havia séculos nessa região. Os grupos indígenas foram exterminados ou expulsos às fronteiras das áreas ocupadas pelos novos habitantes.

As primeiras povoações fundadas em território mineiro eram nomeadas de “arraiais” ou “ranchos”. No início da ocupação do território, esses assentamentos eram ainda provisórios e dependiam da qualidade das jazidas encontradas e dos métodos empregados para extração de ouro.



Arraiais: Em Portugal, o termo arraial era utilizado para referir-se a acampamentos militares, mas, no Brasil, à medida que ocorria a colonização, ganharia outra acepção. As características específicas do processo de povoamento em curso em Minas Gerais provocaram mudanças no uso do termo. Arraial correspondia aos primeiros acampamentos, ou seja, aos lugares onde se fixavam os mineiros quando encontravam ouro. Podia ser utilizada também para designar “um pouso”, ou seja, um ponto de parada.

Curso de Extensão em Identificação, Salvaguarda e Difusão do Patrimônio Cultural

As primeiras descobertas de ouro em Minas Gerais não foram realizadas por bandeirantes oficialmente designados pela Coroa, como Fernão Dias, mas por diversas expedições informais, que partiam sobretudo da vila de Taubaté, na Capitania de São Paulo. A partir de 1693, os descobertos auríferos multiplicaram-se pelos afluentes da bacia do rio Doce, particularmente, nos vales do ribeirão de Nossa Senhora do Carmo e próximo dali, da serra do Ouro Preto. Tais achados atraíram muitos aventureiros.



Entre diversos arraiais, surgiram dois povoados, que em 1711, transformaram-se nas primeiras vilas de Minas Gerais: Vila de Nossa Senhora do Carmo (Mariana) e Vila Rica (Ouro Preto). Nesse ano, seria ainda fundada a vila de Nossa Senhora da Conceição do Sabará (Sabará). Nos anos seguintes, novas vilas seriam fundadas: em 1713, São João del Rei (São João del Rei); em 1714, Vila Nova da Rainha (Caeté) e Vila do Príncipe (Serro); em 1715, Vila de Nossa Senhora da Piedade de Pitangui (Pitangui) e, em 1718, São José del Rei (Tiradentes).

Os descobertos auríferos não se restringiriam aos ribeiros e vales da bacia do rio Doce. Logo se percebeu que as maiores concentrações de metais preciosos estavam localizadas na Serra do Espinhaço.

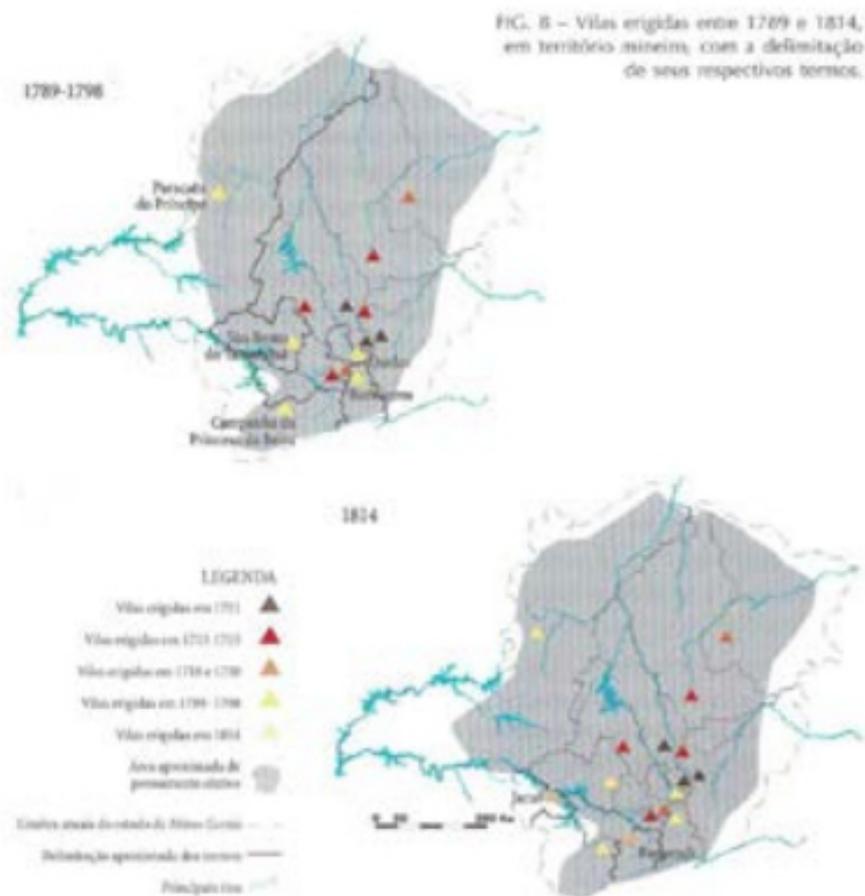
A partir dos centros mineradores principais, a população se estabeleceu pelas áreas circunvizinhas e outros arraiais seriam constituídos. Segundo Damasceno (2011), rapidamente se distinguiriam quatro regiões principais, que concentrariam o maior número de arraiais mineradores: minas de Ouro Preto, minas do Ribeirão do Carmo, minas do rio das Mortes e minas do rio das Velhas. Essas primeiras designações seriam oficializadas e seus territórios comporiam as comarcas e **concelhos**.



Concelhos: Na divisão política de Portugal, é uma circunscrição administrativa, subdivisão de distrito, chefiada por um administrador (Fonte: Aulete Digital).

Vale ressaltar que, em começos do século XVIII, surgiria também a expressão “Minas Gerais” para indicar o conjunto do território mineiro. O termo assinalaria não apenas a região dos primeiros descobertos, mas também as regiões mais distantes, colonizadas em função de outras atividades, como parte do vale do rio São Francisco e áreas circunvizinhas às regiões mineradoras, ainda a serem exploradas. Essas áreas foram pouco a pouco ocupadas, ao sul e a oeste, conforme se descobriam novas reservas minerais. Os “sertões do oeste”, os “sertões do rio Verde” e os “sertões do leste” seriam, então, desbravados.

No período de 1730-1740, foram descobertos depósitos auríferos junto às nascentes do rio São Francisco e ao longo de sua margem esquerda, especialmente, nos ribeirões Paracatu e Tamanduá. A ocupação dessas regiões por mineradores e fazendeiros ocorreu frente a diversos confrontos com populações indígenas, os Caiapós e quilombolas. Nessas décadas, não obstante o deslocamento pelo território e sua ocupação, a partir da formação de novos arraiais, houve apenas a fundação de uma vila, Minas Novas (1730). Sobre a fundação de vilas entre 1711-1730, veja o mapa:



Fonte: MORAES, Fernanda Borges de. De arraiais, vilas e caminhos: a rede urbana das Minas coloniais. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (org.). História de Minas Gerais – v. 01: As Minas Setecentistas. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007, p. 81.

Embora Minas Gerais contasse com diversas localidades que pudessem receber o título de cidade ou de vila, apenas 16 vilas seriam fundadas no período colonial e somente uma elevada à cidade. A elevação à cidade da Vila de Ribeirão do Carmo, com o nome de Mariana, em 1745, constituiu-se uma exceção, especialmente quando se considerava a manutenção de Vila Rica como sede administrativa da Capitania na condição de vila. Mariana foi elevada à condição de cidade em função de determinações eclesiásticas para a instalação da sede do bispado. De mesmo modo, é interessante registrar o fato de o Tejuco ter se mantido como arraial, ainda que sediasse a Intendência dos Diamantes, criada em 1734.



Essa complexa rede urbana propiciou o surgimento de uma sociedade diversificada tanto do ponto de vista social quanto produtivo, possuidora de estruturas burocráticas complexas, de mobilidade social, de vida cultural e artística de grande expressividade.

4. Bibliografia

ARAUJO, Patrícia Vargas Lopes de. **De Arraial a Vila** – A criação da Vila de Campanha da Princesa: reivindicações locais, estratégias políticas e reafirmação da soberania portuguesa. Curitiba: Editora Prismas, 2016.

CASTRO, José Flávio Morais. **Geoprocessamento de mapas de Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2017.

FONSECA, Cláudia Damasceno. **Arraiais e Vilas D’el Rei** – Espaço e poder nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2011.

MORAES, Fernanda Borges de. De arraiais, vilas e caminhos: a rede urbana das Minas coloniais. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (org.). **História de Minas Gerais** – v. 01: As Minas Setecentistas. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007.

4. Formação econômica de Minas Gerais

1. Introdução

Neste capítulo, vamos discutir aspectos da formação econômica de Minas Gerais, com destaque para as seguintes atividades: mineração, agricultura de abastecimento, pecuária e café. Vamos dividir nossa aula nesses tópicos, para compreender as multiplicidades do contexto econômico mineiro e da construção das riquezas do nosso estado.

Mas é importante destacar que essas não foram - nem são - as únicas atividades econômicas em Minas Gerais, nem ocorreram de forma isolada umas das outras, nem tampouco existiram - e existem - em todas as regiões mineiras. A seleção que fizemos aqui foi para que possamos estudar essas atividades de forma mais aprofundada, atentando para o contexto na qual se desenvolveram e marcaram o cenário econômico local.

2. Mineração

Quando se pensa na história de Minas Gerais, nos seus aspectos econômicos, a mineração é uma das atividades mais rapidamente lembrada, tanto pelo fator histórico quanto pela importância e impactos nos dias atuais no estado. Mas Minas Gerais, historicamente, teve uma economia muito diversificada e que permitiu a geração de muita riqueza.

Iniciaremos o nosso percurso pela mineração, seguindo pela produção agrícola de gêneros alimentícios, a pecuária bovina e suína, e, finalmente, a produção cafeeira. Apesar de dividirmos a análise nesses quatro pontos, é importante destacar que todas essas atividades estiveram interligadas e, em algum momento, elas coexistiram, formando a complexa trama econômica que conferiu a Minas o status de um dos estados mais ricos do Brasil.

Vamos iniciar nossa discussão sobre a formação econômica em Minas Gerais falando da mineração ainda no período colonial brasileiro. No segundo século do período colonial (que vai da chegada dos portugueses ao território, em 1500, até a declaração de Independência do Brasil, em 1822), já havia centenas de **lavras de ouro aluvionar** na região central do estado. Esse ouro estava presente nos pontos mais superficiais dos rios



Lavras de ouro aluvionar: Em linhas gerais, os depósitos aluvionares constituem uma área onde houve acúmulo de sedimentos, como fragmentos de rochas, que podem ter cascalho, areia ou lama, e que foram depositados por um sistema fluvial (rios a cursos d'água) no leito ou nas margens das drenagens.

De 1700 a 1780, Minas produziu cerca de dois terços do ouro e boa parte das gemas e diamantes extraídos no Brasil. Essa produção mineral fomentou a abertura de estradas, a implantação de núcleos urbanos, a unificação do território e a criação de uma es-

História de Minas

V. Lana; P.V. Lopes de Araujo

estrutura administrativa própria. Cidades, como Ouro Preto, Congonhas, Sabará, São João del-Rei, Tiradentes, Diamantina e Serro, prosperaram em torno das minas. Os impactos da atividade refletiram também na densidade populacional do estado, que, entre 1700 e 1808 cresceu mais de 1000%.



A exploração do ouro foi o grande dinamizador da economia em Minas Gerais, no século XVIII. Foi o elemento que deu a cor e a especificidade ao dinamismo econômico, social e cultural da província. No século XVIII, a mineração foi a principal fonte de riquezas no estado. Já a partir de 1780, essa produção começou a declinar. Iniciou-se o período que conhecemos como a crise da mineração, que levou à decadência da produção e, conseqüentemente, dos rendimentos, com um forte impacto na economia e na sociedade como um todo. Um dos primeiros impactos foi o aumento da tributação pela Coroa Portuguesa para tentar reaver os prejuízos advindos dessa crise.

Mas como explicar essa rápida decadência e os impactos tão profundos na sociedade mineira? Em linhas gerais, as explicações são pautadas no polo: decadência como decréscimo da produção ou decadência como fruto do ônus crescente da tributação sobre os mineiros? Para a Coroa Portuguesa, essa decadência seria motivada por três fatores principais:

- extravio e contrabando;
- inadequação dos métodos utilizados na extração do metal; e
- ideia de que a mineração é ilusória, porque, na realidade, não era trabalho, mas sim uma atividade extrativa. Assim, o ouro acabaria mesmo, não seria eterno

A decadência da mineração acarretou numa série de medidas por parte da Coroa Portuguesa para tentar diminuir os prejuízos econômicos. Uma das iniciativas foi a do aumento da tributação e da fiscalização sobre a produção e a circulação do mineral, para evitar o contrabando e o conseqüente desvio de riquezas.

Em virtude dessa exploração aurífera, Minas se tornou o centro das atenções da metrópole portuguesa. Isso fez com que formas de administração e da própria presença do governo fossem mais articuladas no território. Mas essa presença não ocorreu de forma abrupta; ao contrário, a administração nas Minas poderia ser compreendida como um movimento pendular, que ia desde uma sujeição extrema ao Estado português a uma autonomia local.

Na verdade, para que fosse efetiva, a presença do Estado deveria ser sentida sem se tornar importuna e odiosa. O ponto no qual mais se fez sentir essa presença foi na cobrança de impostos, na qual o poder do Estado deveria ser firme e incisivo, montando e efetivando uma rede de tributos na província de Minas Gerais.

3. Produção De Alimentos

Durante muitas décadas, a historiografia nacional se baseou numa tríade da economia mineradora em Minas Gerais, que era composta pelos elementos: crescimento, apo-

geu e decadência do ouro. Segundo essa perspectiva, a crise da mineração teria levado a uma grande crise da própria economia mineira.



No entanto, nas últimas décadas, estudos têm discutido a existência de uma dinâmica produção de alimentos paralela e, até mesmo, integrada à atividade mineradora. Isso foi capaz de promover uma acumulação de capital, gerando riqueza e fomentando a economia na região. Essa diversificação da estrutura econômica, da existência concomitante das atividades mineradora e agrícola voltadas para o abastecimento interno e para trocas comerciais, existia desde inícios do século XVIII.

A questão da crise da mineração e da dinâmica da produção de alimentos é um tema muito importante para a historiografia e para a compreensão da economia mineira nos séculos XVIII e XIX. Assim, vamos analisar um pouco os apontamentos sobre essa discussão. Durante muito tempo, veiculou-se que o rápido esgotamento das minas e a falta de recursos para novas explorações teriam acarretado uma ineficiência administrativa e uma crise generalizada em Minas, com uma atrofia da economia.

No entanto, mesmo com essa crise, o quantitativo da população escrava continuava a crescer em Minas, no século XIX. Esse foi o elemento que levou ao questionamento da ideia de atrofia da economia, apontando para a existência de uma complexa rede de atividades no estado, com produção tanto para o mercado interno quanto para o externo, de produtos como café, gado, tecido, toucinho, queijo, tabaco, dentre outros.

Podemos afirmar que o declínio da mineração não levou a uma estagnação da economia mineira. Afinal, a circulação do ouro e o fomento de atividades voltadas para abastecimento das minas impulsionaram ainda mais a articulação de regiões geograficamente distintas e longínquas no estado.

Dando continuidade à discussão, é importante frisar que um dos principais legados de atividades econômicas, como a mineração, foi a criação de rotas, estradas e a interligação dos espaços. As análises que destacaram o volume da população escrava e o movimento de compra de escravos em Minas impulsionaram novos estudos, que apontaram o dinamismo econômico gerado pelo abastecimento do mercado interno e uma redistribuição interna da população e dos recursos econômicos a partir do “rearranjo” interno da atividade principal na economia mineira, que foi a mineração no século XVIII.

4. Pecuária



No início do século XIX, a receita gerada pela agricultura e pecuária no estado se tornou equivalente à gerada pela mineração. A crise aurífera acelerou a conversão dos fatores de produção para a economia de abastecimento, já assentada desde os primórdios da ocupação territorial mineira. A economia voltada para o mercado interno se mostrou bastante diversificada, convivendo com a mineração e sendo capaz de superar o impacto do declínio de suas lavras a partir de meados dos setecentos.

A pecuária foi - e ainda é - uma atividade muito importante no cenário econômico mineiro. Historicamente, o avanço da pecuária como atividade econômica impulsionou a formação de novos espaços econômicos regionais. A pecuária mineira foi baseada em duas atividades principais: a pecuária bovina, com criação de animais para corte e produção leiteira, e a pecuária suína, de caráter estacionário, ou seja, de criação local muito voltada para consumo, e de grande influência na cultura alimentar dos mineiros.

5. Produção Cafeeira

Para finalizar nosso capítulo sobre a formação econômica de Minas Gerais, vamos falar sobre as origens da produção cafeeira no estado. A economia com base na agroexportação do café foi originada de um movimento de transição, a partir das mudanças na economia de produção de alimentos para o mercado interno. Isso porque a dinâmica da economia mineira no século XVIII, com a sua diversificação e crescimento nos anos de 1800, gerou efeitos multiplicadores e acúmulo de riquezas, que possibilitaram o desenvolvimento e a ampliação das esferas de atividades econômicas em Minas Gerais, voltadas inclusive para a exportação de produtos.

Essa ampliação levou à expansão da fronteira agrícola, com novos investimentos no setor, impulsionando a expansão da produção cafeeira, inicialmente na Zona da Mata mineira e, posteriormente, no sul do estado. Num sistema de circularidade das teias da economia mineira, as elites, que investiram na produção do café, estiveram vinculadas tradicionalmente à mineração e, posteriormente, às redes de abastecimento alimentar



Percebemos que o capital do café em Minas foi um capital agrário, endógeno, proveniente do mercado interno. Foi diferente, por exemplo, do Vale do Paraíba Fluminense, cuja produção cafeeira foi possível graças ao capital mercantil ou comercial do estado. Outra peculiaridade da organização da produção cafeeira em Minas Gerais foi a diversidade das unidades produtivas. Coexistiam pequenas, médias e grandes propriedades, com lavouras de alimentos no interior das fazendas, o que possibilitava um maior dinamismo e capacidade reprodutiva dessas unidades.

6. Textos Base:

A seguir, estão as referências de dois artigos que irão complementar a sua compreensão sobre o tema deste capítulo.

LAMAS, Fernando Gaudereto. Para além do ouro das Gerais: outros aspectos da economia mineira no setecentos. HEERA - Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada - Vol. 3. N.º 4 - Jan./Jun. 2008.

Autor: Fernando Gaudereto Lamas, Colégio de Aplicação João XXIII, Universidade Federal de Juiz de Fora. Possui graduação em História, pela Universidade Federal de Juiz de Fora (1997); mestrado (2005) e doutorado (2013) em História Social, ambos pela Universidade Federal Fluminense.

O artigo analisa a variedade da economia mineira setecentista buscando elementos que nos levaram para além da economia mineradora. A economia é percebida de forma

muito mais dinâmica do que a historiografia passada acreditava. O autor analisa aqueles elementos antes considerados como menores, de pouca ou nenhuma importância para a economia colonial, mas que compreendem ser fundamentais para a manutenção do aspecto econômico do Sistema Colonial, podendo perceber que a economia mineira era diversificada e que, além do ouro, Minas apresentava uma pluralidade de riquezas que movimentavam o setor econômico.

OLIVEIRA, Monica Ribeiro. Mercado Interno e Agroexportação: as origens da expansão cafeeira na Zona da Mata Mineira: notas para uma pesquisa. *Locus, Revista de História*, v. 1 n. 1 (1995).

Autora: Mônica Ribeiro de Oliveira. Tem graduação em História, pela Universidade Federal de Juiz de Fora (1997), e mestrado (1992) e doutorado (1999) em História Social, pela Universidade Federal Fluminense.

O artigo traz uma reflexão sobre as diversas abordagens da historiografia brasileira acerca das origens da expansão cafeeira no centro-sul, que levou a montagem de um núcleo agrário-exportador situado na Zona da Mata mineira. Ressalta as relações desse processo não só como alternativa à aplicação de capitais provenientes das redes de circulação mercantil, voltadas para o abastecimento interno, que entrecortavam a Província de Minas.



5. Os mundos do trabalho em Minas Gerais: Escravidão e imigração

1. Introdução

Neste tópico, discutiremos questões relacionadas aos mundos do trabalho em Minas Gerais, com destaque para o escravidão e a imigração. Discorreremos sobre o escravo africano como força de trabalho, pensando em seus múltiplos aspectos, como: a demografia escrava em Minas, as formas de resistência e sociabilidade dos escravos, e a transição para o trabalho do imigrante, a imigração, já em fins do século XIX.

2. Condição E Ideia De Escravidão

Antes de qualquer coisa, é importante deixar claro o que entendemos sobre a condição de ser escravo e sobre a própria ideia de escravidão. Em linhas gerais, a escravidão pode ser entendida como uma instituição pela qual se exerce poder sobre outrem, permitindo mecanismos de coerção extraeconômica. Quando falamos em escravidão, pensamos no seu sistema, o escravismo, que é quando a escravidão se torna a instituição dominante da dinâmica social, mesmo que a maior parte da população não esteja inserida na polaridade entre *senhores e escravos*.



Por fim, talvez o termo chave mais importante dessa nossa categorização seja a definição de ser escravo. A condição do “ser escravo” está relacionada à condição de ser propriedade de alguém; uma sujeição pessoal; ser coisa e ser mercadoria na definição, mas em nenhum momento deixando de expressar também a sua condição humana.



SAIBA MAIS: Todas essas definições estão especificadas em: GUIMARÃES, Carlos Magno e BRITO, Patrícia Carolina Letro. “Escravidão e rebeldia na Província”. In: REZENDE, Maria Efigênia Lage de Resende e VILLATA, Luiz Carlos (organizadores.). História de Minas Gerais - A Província de Minas. Volume 1. Belo Horizonte: Autentica Editora; Companhia do Tempo, 2013, p. 199 - 216.

Concluída a compreensão da condição do ser escravo e do trabalho escravo em si, vamos passar agora à caracterização das unidades produtivas em Minas Gerais, que são as unidades/espacos nos quais se produz (agricultura, pecuária ou mineração). A predominância na região era a existência de pequenos plantéis ou áreas de produção, com pequenos grupos de escravos como força produtiva. Um ponto interessante é que cerca

de 60% das propriedades estavam em posse de pequenos proprietários, que geralmente detinham de 1 a 10 escravos sob seu domínio.

É importante destacar que a Província de Minas Gerais foi a que manteve o maior contingente de escravos no período do império brasileiro (1822 a 1889). Pelo fato de grande parte desses escravos estarem em áreas mineradoras e devido à diversidade dos plantéis, havia em Minas uma estrutura bem diversificada, se comparada a outros espaços, como a produção de açúcar no nordeste brasileiro do período colonial, por exemplo.

Assim, da mesma forma que era comum em Minas a existência de pequenas e médias propriedades de produção agrícola, pecuária e áreas de exploração mineral, o quantitativo de cativos ou escravos também era variável. Havia propriedades com apenas um escravo. Com isso, podemos caracterizar a estrutura de Minas Gerais como uma economia de base produtiva diversificada, que se refletia nas estruturas das posses de escravos e na própria sustentação do sistema escravista.

3. Posse E Tráfico De Escravos

A posse dos cativos, ou escravos, por sua vez, não era unicamente exercida por pessoas brancas. Era comum ex-escravos se tornarem proprietários de escravos após adquirirem sua alforria ou liberdade. Isso acontecia, dentre outros pontos, como forma de ascensão social, que demonstrava certo poderio social. Mas, no entanto, não necessariamente a posse de escravos indicava riqueza. Isso porque o número de escravos em posse era bastante variável.

Podemos dizer, então, que, em Minas, pela sua diversidade social e econômica, ser proprietário de escravos ou ter a condição de livre não era indicador claro de pertencimento na estrutura social. Mais ainda: os tipos de proprietários de escravos, bastantes diversificados, mostram como era complexa a trama social e cultural na sociedade mineira.



Na caracterização do perfil dos escravos em Minas Gerais, havia uma prevalência do elemento masculino, numa proporção de 2 para 1, comparado às mulheres. Isso tanto tem relação aos escravos que vinham diretamente da África pelo tráfico, quanto daqueles que eram nascidos em terras brasileiras. Em meados dos anos de 1700, havia em Minas um quantitativo aproximado de cerca de 100.000 escravos, dos quais 40.000 compostos de escravos livres (que haviam alcançado sua alforria ou liberdade).

Os estudos sobre escravidão apontam para o que podemos chamar de um “viés masculino do tráfico negreiro internacional”. Que indica e reforça essa predominância do elemento masculino na configuração do trabalho escravo em Minas, e no Brasil como um todo. Há uma vasta literatura sobre trabalho escravo dentro da historiografia.

O tráfico internacional de escravos era a principal forma de manutenção da mão de obra cativa. No entanto, principalmente após restrições e pressões externas ao tráfico, que culminaram com a promulgação da Lei Eusébio de Queirós, em 1850, que proibia em definitivo o tráfico negreiro no Brasil, outros mecanismos de reprodução da mão de obra escrava foram importantes. Dentre eles, o tráfico interprovincial (entre as provín-

cias brasileiras), geralmente da região nordeste para a sudeste, e também o processo de reprodução natural.

Até fins do século XVIII, havia preponderância de africanos sobre os nativos. Após esse período e do fim do tráfico internacional, observou-se o processo “crioulização” da população escrava de Minas Gerais. Tratava-se de um processo de “reprodução natural” da mão de obra cativa. Eram denominados crioulos os descendentes de africanos nascidos no Brasil.

4. Rebeldia E Resistência

Vamos falar agora das formas de liberdade dos escravos em Minas Gerais e da vida dos libertos. A liberdade da condição de ser escravo também é conhecida como alforria, que podia ser:

- Alforria consentida: quando o senhor de escravos concedia a liberdade ao seu cativo;
- Alforria conquistada: pelo escravo, seja por negociação ou por compra.



As conquistas de liberdade estão muito associadas a ações de rebeldia e resistência por parte dos escravos. Em Minas Gerais, no entanto, as manifestações mais radicais de rebeldia - fugas, formação de quilombos, insurreições, etc. - não foram a tendência dominante. O que observamos foi a estruturação de espaços de autonomia negociados entre senhores e escravos.

Além das conquistas de liberdade, muitas das alforrias em Minas foram conquistadas por meio de uma negociação entre o senhor e o escravo. Era a coartação, uma espécie de pagamento parcelado da liberdade, podendo o coartado se ausentar do domínio senhorial. Negociava-se o valor da liberdade e a forma pela qual o então escravo pagaria por ela. A coartação representava uma alternativa real e viável de se obter a liberdade nos tempos da escravidão.

Outro aspecto importante da rebeldia e resistência escrava e da própria luta contra a escravidão em Minas Gerais eram as fugas. Elas tinham um impacto mais imediato na economia e na sociedade, pois retiravam o escravo da atividade produtiva, inviabilizando, assim, a produção e a consequente extração do excedente.



As fugas também foram um fator de relevância para o fim da escravidão, como ponto de aceleração do processo abolicionista, justamente pelos impactos dentro do universo da produção. Uma vez fugitivo, o escravo tinha dois espaços de ocupação: o meio rural, onde ele se tornava quilombola; ou se empregava em alguma unidade produtiva como forro; ou ainda gravitava na órbita das fazendas.

No meio urbano, apesar de serem maiores os mecanismos de repressão e a possibilidade de captura desse escravo fugido, também eram maiores as possibilidades de

trabalho. Isso porque ali, durante todo o período escravista em Minas Gerais, havia um vasto leque de ofícios e profissões exercidos por escravos.

Eles abasteciam setores importantes da economia, como a cafeicultura, a agricultura em geral, e a própria mineração, além de exercerem pequenos trabalhos nas cidades. Era comum a figura do escravo jornaleiro ou escravo alugado, que, mesmo mantendo sua condição de escravo, podia exercer pequenos “bicos” em troca de pecúlios, o que facilitava, por exemplo, a compra da liberdade (que é o mecanismo de coartação).

A segunda metade do século XIX foi marcada pelo fim da escravidão no Brasil, fruto de uma série de leis que culminaram na Lei Áurea, em 1888. Vamos lembrar essas leis:

- **Lei Eusébio de Queirós -1850** - proibiu a entrada de africanos escravos no Brasil.
- **Lei do Ventre Livre - 1871** - decretava que todos os filhos de escravos nascidos no Brasil, a partir de 1871, seriam considerados livres.
- **Lei dos Sexagenários -1885** - concedia a alforria para os escravos que tivessem mais de 60 anos, mas apresentava condições rígidas, como estabelecer que os escravos beneficiados com a liberdade deveriam trabalhar por três anos para seus senhores como forma de indenização.
- **Lei Áurea - 1888** - decretou a abolição definitiva e imediata da escravatura no Brasil.

5.Imigração

Mesmo antes do fim da escravidão, já existia uma política imigratória no Brasil, como um todo, e em Minas, em particular. Esses imigrantes, no geral, vinham para cumprir o papel de mão de obra e também por questões culturais. A grande maioria dos imigrantes que veio para Minas Gerais era de italianos (90% do total).

Quando comparada a outros estados, como São Paulo, a entrada de imigrantes em Minas Gerais parecia tímida. No entanto, tivemos um significativo número de imigrantes em terras mineiras. Aqui, a política imigratória teve algumas peculiaridades em decorrência das características locais. Dentre elas, podemos citar o grande contingente de escravos. Lembra que Minas era a maior província escravista do Império brasileiro? Então, esses escravos, uma vez libertos, foram absorvidos como mão de obra.



Outro aspecto está relacionado à diversidade das unidades produtivas. Como já dissemos, a existência de pequenas e médias propriedades e, conseqüentemente, a menor necessidade de mão de obra para esses espaços. Podemos dizer que a opção por uma política imigratória em Minas Gerais não se deveu necessariamente a uma demanda interna do setor produtivo. Outros fatores, como questões políticas e culturais, estiveram envolvidos, como: um ideário de modernização e desenvolvimento.

5. Textos Base

A seguir, está a referência completa da bibliografia sugerida com um pequeno resumo e informações sobre os autores.

AMANTINO, Márcia. Os escravos fugitivos em Minas Gerais e os anúncios do Jornal "O Universal"- 1825 a 1832. *Locus - Revista de História, Juiz de Fora*, v. 12, n. 2, p. 59- 74, 2006.

Autora: Márcia Amantino, Universidade Salgado de Oliveira. Possui graduação em História pela Universidade Federal Fluminense (1992), mestrado (1996) e doutorado (2001) em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O artigo analisa o perfil de escravos fugitivos na cidade de Ouro Preto, no período de 1825 a 1832, por meio do estudo de anúncios veiculados no jornal O Universal. O trabalho identifica as causas de tais fugas assim como também examina o cotidiano da vida em cativeiro. Com uma análise do território de Ouro Preto, detalha o processo de fuga desses escravos e as condições em que viviam, assim como as condições que os levavam a essas fugas.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues; Braga, Mariângela Porto; Andrade, Cristiana Viegas. Imigração e família em Minas Gerais no final do século XIX. *Revista Brasileira de História. São Paulo*, v. 27, no 54, p. 155-176 - 2007.

Autores: Tarcísio Rodrigues Botelho, Universidade Federal de Minas Gerais. Graduouse em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (1989), é mestre (1994) e doutor (1998) em História Social pela Universidade de São Paulo. Mariângela Porto Braga, PUC Minas: Graduada em História e mestre em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Cristiana Viegas Andrade: Graduada em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (1997), mestre em Demografia pelo CEDEPLAR-UFMG (2001) e doutora em História Demográfica pela University of Cambridge, Inglaterra (2010).

Em fins do século XIX e princípios do século XX os fluxos migratórios atingiram proporções significativas em Minas Gerais, especialmente graças à construção de Belo Horizonte e à expansão da lavoura cafeeira na região sul e na Zona da Mata. A partir dos registros da Hospedaria Horta Barbosa, em Juiz de Fora, no ano de 1896, o artigo apresenta algumas características desses contingentes: sua composição etária e sua origem, bem como a composição dos grupos familiares que migravam. A julgar pelo perfil encontrado nesse ano, os imigrantes que estavam se dirigindo para Minas Gerais ajustavam-se ao padrão da imigração subsidiada, com predomínio dos grupos familiares. O perfil etário e o de sexo diferenciam-se do perfil clássico dos migrantes, no qual predominam os homens jovens.

6. Sociedade e relações de família e poder em Minas Gerais

1. Introdução

Nesse tópico, discutiremos questões sobre a sociedade e as relações de família e poder em Minas Gerais, nos séculos XVIII e XIX. Nosso objetivo será compreender um pouco mais sobre questões sociais e culturais que foram importantes na formação da identidade mineira e que têm reflexos na nossa vivência social ainda hoje.

Iniciaremos pelas questões religiosas no período áureo da mineração, que identificaram setores da nossa organização social e da formação da nossa religiosidade. E, em seguida, falaremos sobre aspectos cruciais da nossa configuração cultural, que passam pelas relações familiares, os parentescos, e as redes formadas pelos apadrinhamentos e relações clientelares.

2. Sociedade Mineradora

Vamos iniciar, falando da sociedade mineradora, na segunda metade do século XVIII e primeiras décadas do século XIX (entre 1750 e 1850). A mineração ou atividade mineradora gerou muita riqueza em Minas Gerais. A extração de ouro e diamantes foi uma das principais atividades econômicas no Brasil, e em Minas, em particular.



No entanto, essa riqueza estava concentrada nas mãos dos donos das minas, que eram aqueles que recebiam concessão real para a exploração, e nas da Coroa portuguesa, que recebia os tributos referentes à atividade. A grande parte da população, que chamaremos de “sociedade mineradora”, era pobre. De modo geral, os privilégios recaíam sobre os que detinham a maior posse de cativos (escravos).

Sobre a produção aurífera recaía uma alta carga tributária. Era uma economia com baixos níveis de renda, mas distribuídos de maneira “menos” desigual que a sociedade do açúcar no nordeste brasileiro. Por isso, foi comum denominar essa sociedade como uma “sociedade democrática”. No entanto, alguns estudos apontam que, na verdade, devido ao caráter mais pobre dessa sociedade, havia, de fato, uma menor discrepância social, mas que era formada por um maior número de pessoas que dividiam a pobreza.

Essa caracterização da sociedade mineradora, do ponto de vista econômico, é importante para compreendermos os elementos culturais presentes em momentos ímpares dessa sociedade, como as festividades religiosas. Elas representavam um espaço de neutralização de conflitos e diferenças na sociedade mineradora. Isso porque a festa religiosa era um acontecimento que propiciava o encontro e a comunicação, representando mais uma celebração do festejo do “êxito” da empresa mineradora do que propriamente a expressão de uma religiosidade intensa.

História de Minas

V. Lana; P.V. Lopes de Araujo

As festas eram marcadas pela exibição de monumentos ao luxo e à ostentação, criando uma zona, que era fictícia, de convivência, e provocando a ilusão de que a sociedade era rica e igualitária. Por isso, seu papel como um grande espaço de neutralização dos conflitos e diferenças. Podemos pensar que essas festividades eram a demonstração da opulência e do luxo disfarçando a pobreza e as questões sociais, como a crise econômica, falta de alimentos e elevação nos preços.



Uma forma de reforçar a compreensão das festas de caráter religioso, no período em que a mineração era o carro chefe da economia mineira, seria entender estas celebrações como um mecanismo de "inversão ideológica". Ou seja, a festa representava o avesso daquela sociedade; era a demonstração de riqueza e opulência, enquanto a maioria da população vivia em condições de pobreza. Esse mecanismo reforçava a ideia de que a riqueza era de todos e para todos, e de que, naquele momento, todos participavam em condições de igualdade de toda pompa ali presente.

Mas, na verdade, essas festas - ou esse mecanismo de inversão ideológica - reforçavam a legitimação do mando daqueles que detinham o poder. Ao mesmo tempo em que as "diferenças se igualavam", eram também acentuados e demarcados os territórios de cada camada social ali presente. Era o mando que se legitimava, igualando as diferenças e, ao mesmo tempo, acentuando-as. Era o poder que se fazia autêntico por conferir um espaço às populações mais pobres, na participação dos cortejos, mas também mantendo-as a uma distância respeitosa, que toda a pompa ali presente ajudava a delimitar.

3. Estruturas Das Famílias

Vamos falar agora das estruturas das famílias mineiras. É importante ressaltar que estamos trabalhando com uma perspectiva das análises históricas, pensando essas estruturas de famílias de forma geral e em contextos históricos específicos. Os espaços familiares têm uma relevância singular para compreendermos nossa sociedade, pois foram - e são - importantes espaços na nossa formação social, como grandes locus de sociabilidade e de expressão das relações sociais e culturais.

De modo geral, os domicílios mineiros, nos séculos XVIII e XIX, eram em sua maioria chefiados por homens, dentro do núcleo familiar do casamento. Nos casos de domicílios que eram chefiados por mulheres, que também tiveram um número significativo em Minas nesse período, elas eram solteiras ou viúvas.

O núcleo familiar mineiro era pequeno, quantitativamente, se falando. E, na formação da família mineira, havia uma forte influência da moral e dos costumes católicos, a começar pela própria organização dos casamentos. Havia uma tendência à **homogamia**.



Homogamia: eram casamentos combinados, acordados entre as famílias, levando em conta tanto aspectos sociais, quanto econômicos.

Continuando nessa perspectiva do casamento como estruturação social na sociedade mineira, vale a pena conferir esta passagem do texto *Compadrio e Patriarcalismo: relações familiares e de poder* (São João del-Rei, 1780-1850), de Silvia Maria Jardim

Brugger, que ilustra bem esse ponto, e as diferenças entre o casamento sob os pontos de vista religioso ³² e da união leiga, evidenciando o peso da religiosidade em nossa sociedade. O trecho diz o seguinte:



“Casamento e concubinato parecem ter sido instituições distintas que, como tais, tinham funções e objetivos próprios na sociedade. O casamento era, acima de tudo, um arranjo familiar calcado em interesses de ordem socioeconômica e/ou política. Era, portanto, um projeto e uma escolha que visavam à satisfação da família. Já o concubinato abria espaço para a satisfação de interesses pessoais, inclusive os de cunho afetivo e sexual”.

Outro aspecto ou prática muito representativo na estruturação das relações sociais nas Minas Gerais - e que estão presentes, de forma efetiva, em nossa sociedade e em nosso convívio até os dias atuais - foi a prática do apadrinhamento. Ao analisarmos historicamente as relações de apadrinhamento em Minas podemos perceber que elas estiveram pautadas, nos séculos XVIII e XIX, na busca de prestígio, da parte de quem apadrinhava, e também de auxílio material para os apadrinhados. O número de afilhados que uma pessoa possuía era sinal de prestígio tanto social quanto político, demonstrando o papel desse indivíduo naquela sociedade.

A prática do apadrinhamento estabelecia relações de compadrio que vinculavam não apenas indivíduos, mas também famílias. E isso era fundamental para a estruturação das relações e laços políticos e sociais. O compadrio pode ser entendido ainda como uma estratégia de proteção e de obtenção de benefícios, a partir do estabelecimento de diferentes tipos de vínculos, como os afetivos, econômicos, políticos, etc. O compadrio, portanto, foi um importante mecanismo de formação e ampliação das redes e relações clientelares em Minas Gerais.

O compadrio, como fenômeno presente na sociedade mineira, articulava dois conjuntos de fatores que impactavam diretamente na organização social e nas relações tecidas entre indivíduos, famílias e poder público:

- O primeiro estava relacionado às articulações políticas, que eram estabelecidas pela união e estreitamento de laços entre famílias, que entregavam seus entes para ser apadrinhados por outras famílias, aproximando-as.
- O segundo eram os fatores de ordem econômica, baseados em benefícios para apadrinhados e também no estabelecimento de negócios comerciais entre as famílias unidas pelas relações de compadrio.

Num período no qual a presença dos poderes de Estado (no caso o Estado português da época colonial em Minas) se baseava em sua maior parte na fiscalização da tributação sobre as atividades econômicas, e não era efetiva a presença desse Estado na sociedade, as relações de compadrio (que expressavam as articulações entre os espaços familiares) representavam essa força do Estado, no sentido da ingerência na organização e normatização da sociedade.

Para finalizar nosso estudo sobre o compadrio e seu papel na formação e organização da sociedade mineira, é importante destacar que essas relações não eram homogêneas. Isso quer dizer que havia o apadrinhamento de pessoas de diferentes camadas sociais, ³³ tanto entre os mais abastados, quanto entre os menos favorecidos economi-

camente, ou mesmo mesclando pessoas de diferentes camadas sociais. Nesse sentido, o que podemos verificar é o estabelecimento de relações de natureza distintas, com privilégios, em seus sentidos mais amplos, para ambos os lados envolvidos.



O compadrio, portanto, ligava e relacionava famílias, envolvendo ações e interesses econômicos, políticos e sociais. Mas é importante destacar também que o compadrio acontecia dentro das próprias famílias, reforçando vínculos de parentesco e funcionando ainda como um mecanismo de distinção social e obtenção de privilégios. Assim, se a família era a unidade fundamental, a partir da qual a sociedade mineira se pensava, o compadrio desempenhou um papel significativo no nexo entre o poder político e as relações familiares, e o papel da família na sociedade mineira.

4. Textos Base

A seguir, está a referência completa da bibliografia sugerida com um pequeno resumo e informações sobre os autores.

CERCEAU NETTO, Rangel. As devassas eclesiásticas e as “qualidades” dos habitantes na formação da família mestiça em Minas Gerais Colonial (1720-1780). *História Unisinos*. 19(1):95-112, Janeiro/Abril 2015.

Autor: Rangel Cerceau Neto, Universidade do Estado de Minas Gerais. Graduado (2002) em História pelo Centro Universitário de Belo Horizonte – UniBH, mestre (2006) e doutor (2013) em História Social da Cultura pela Universidade Federal de Minas Gerais.

O artigo analisa como pessoas de “qualidades” (brancos, pretos, crioulos, mestiços, mulatos, pardos, cabras e mamelucos) e condições sociojurídicas (livre, liberto e escravo) diferentes formaram a família mestiça e como ela se estabeleceu como alternativa viável e bastante comum na Minas Gerais Colonial, especificamente nas comarcas do Rio das Velhas e do Serro Frio. Analisa como as uniões concubinárias, pautadas na diferença e desigualdade dos sujeitos sociais, possibilitaram a formação de famílias mescladas e situações inovadoras capazes de transformar as hierarquias sociais e jurídicas existentes.

PIMENTEL, Helen Ulhôa. A ambiguidade da moral colonial: casamento, sexualidade, normas e transgressões. *Univ. FACE, Brasília*, v. 4, n. 1/2, p. 29-63, jan./ dez. 2007.

Autora: Helen Ulhôa Pimentel, Universidade Estadual de Montes Claros. Graduada em História pela Universidade de Brasília (1979), mestre (2000) e doutora (2005) em História pela Universidade de Brasília.

Esse texto busca em dois conjuntos de leis vigentes no período colonial – Ordenações do Reino de Portugal e Constituições Diocesanas – as matrizes de sentido que irão nortear a constituição, no Brasil, de uma moral cindida por representações sociais de gênero, etnia e posição social. Neles, práticas ligadas à sexualidade (casamento, adultério, concubinato, incesto, estupro, etc.) são definidas em conformidade com os princípios de rígida hierarquização social e de gênero. Essas normas são analisadas e confrontadas com situações de fato, encontradas principalmente em documentos do Tribunal Eclesiástico em Minas Gerais relativos ao século XVIII.

7. A modernidade em Minas: A construção da nova capital - Belo Horizonte

1. Introdução

O tema de debate desta aula é o processo de transferência da capital de Ouro Preto para outra localidade em finais do século XIX e o processo de escolha da nova cidade, com suas tensões e interesses políticos. Além disso, vale lembrar que a escolha de Belo Horizonte como nova sede administrativa, bem como a construção da cidade, está relacionada ao momento de instalação da República (1889) e ao imaginário em torno dos símbolos de uma sociedade modernizadora.

2. A Transferência Da Capital

Entre 1720 e 1897, a atual cidade de Ouro Preto foi a capital de Minas Gerais, primeiro da Capitania (1720-1822) e, depois, da da Província (1822-1897). Mas a partir da segunda metade do século XIX, devido tanto à dificuldade de sua expansão urbana quanto ao desenvolvimento dos novos ideais em torno da perspectiva de uma cidade moderna e das transformações sociais e políticas em curso, emergiram debates em torno da necessidade de construção de uma capital para Minas Gerais que expressasse esses novos tempos.

Com a instalação da República, em 1889, a substituição da antiga capital por uma nova indicava também o desejo de se afastar dos símbolos ligados ao passado colonial e imperial. A perspectiva de transferência da capital de Ouro Preto não era uma ideia nova: os participantes da Inconfidência Mineira pretendiam transferir a capital para São João del Rei e, ao longo do século XIX, em diferentes momentos essa questão viria à tona, alegando-se que Ouro Preto não tinha estrutura física para ser a sede administrativa. Mas, a partir de meados do século XIX, esse debate ganhou novo impulso em função das aspirações modernizantes e encontraria receptividade entre a elite republicana.

De acordo com Viscardi (2007), as discussões em torno da mudança da capital começariam na imprensa juiz-forana em 1890, quando teve início uma campanha feita pelo jornal O Pharol em torno dessa questão. Aos poucos outros jornais, de diferentes cidades mineiras, adeririam ao tema. A principal oposição a essa ideia vinha da própria capital, Ouro Preto, por meio do Jornal de Minas.



A defesa do jornal O Pharol na mudança da capital estava relacionada aos interesses políticos da própria cidade de Juiz de Fora em tornar-se sede administrativa do estado. A alegação era a de que era uma região mais desenvolvida, tanto econômica quanto culturalmente, além de estar mais próxima do Rio de Janeiro. Expressavam-se contrários ainda à ideia de uma capital construída no centro e defendiam a proximidade com o litoral.

História de Minas

V. Lana; P.V. Lopes de Araujo

Paulatinamente, os debates da imprensa ganharam as ruas e não se limitaram às fronteiras mineiras, chegando ao Congresso e à presidência da República. Representantes de Ouro Preto pressionaram Deodoro da Fonseca (à época presidente da República) para que cancelasse o decreto que autorizava mudanças de capitais. Em contrapartida, lideranças juiz-foranas pediam intervenção federal.

As disputas se intensificariam, levando a ameaças separatistas. Ao mesmo tempo houve a proposta de organização de um Congresso Constituinte para que a questão fosse decidida. A partir daí se mobilizariam dois grupos: os mudancistas e os não mudancistas. De Juiz de Fora partiam críticas a Cesário Alvim, João Pinheiro, Augusto de Lima e Bias Fortes, considerados representantes dos interesses de Ouro Preto.



SAIBA MAIS: Diversas pesquisas foram realizadas sobre a mudança da capital de Ouro Preto para Belo Horizonte. Esses estudos partem de perspectivas diferentes: um primeiro grupo de produção sobre esse tema destaca as bases políticas e regionais das disputas entre mudancistas e não mudancistas. A construção da nova capital teria como resultado vencidos e vencedores do processo. Para se aprofundar no tema, leia:

LOBO, Hélio. Um varão a república. Fernando Lobo. São Paulo: Nacional, 1937.

FRANCO, Afonso Arino de Mello. Um estadista na república. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

SIQUEIRA, Moema. Mudança da capital de Minas: uma questão ideológica. Revista Brasileira de Estudos Políticos. Belo Horizonte, UFMG, n. 33, 1972.

O outro grupo de estudiosos partem da premissa de que a escolha da nova capital foi motivada por um grande esforço de conciliação entre as diferentes regiões de Minas Gerais, com objetivo de estabelecer certa unidade ao Estado. Sobre essas questões, leia:

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. Uma interpretação sobre a fundação de Belo Horizonte. Revista de Estudos Políticos. Belo Horizonte, UFMG, n. 39, 1974.

SINGER, Paul. Desenvolvimento econômico e evolução urbana. São Paulo: Nacional, 1977.

WIRTH, John D. O fiel da balança: Minas Gerais na Federação brasileira. 1889-1937. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

IGLESIAS, Francisco e outros (org.). A constituinte mineira de 1891. Revista Brasileira de Estudos Políticos. Belo Horizonte, UFMG, n. 71, 1990.

BOMENY, Helena. Guardiões da razão: modernistas mineiros. Rio de Janeiro. UFRJ, 1994.

Coube ao Congresso Constituinte Mineiro, instalado em 1891, a elaboração da primeira Constituição do Estado de Minas e decisão acerca da mudança da capital. A Constituição Mineira permitiu a transferência da capital, mas adiou a definição de sua localização, determinando a realização de estudos técnicos que subsidiassem a decisão do Congresso.

Curso de Extensão em Identificação, Salvaguarda e Difusão do Patrimônio Cultural

Antes mesmo da decisão da transferência para Belo Horizonte, outras iniciativas haviam ocorrido, buscando adequar-se às perspectivas modernizadoras. Cesário Alvim, por exemplo, tomaria a decisão de construir a nova capital no Morro do Cruzeiro, bairro de Ouro Preto, que se interligaria ao antigo centro por meio de um viaduto.

Embora o projeto tenha sido entregue a um engenheiro para execução, foi alvo de muitas críticas. Outra tentativa foi empreendida por Augusto de Lima, que elaborou um decreto transferindo a capital para a região do rio das Velhas, onde está localizada Belo 36 Horizonte. Tal ato geraria protestos e Augusto de Lima voltaria atrás, em abril de 1891, remetendo o tema ao Congresso Constituinte.

Apenas em 1893, em reunião extraordinária ocorrida na cidade de Barbacena, seria indicada a localidade em consideração ao relatório apresentado por uma comissão técnica responsável pela avaliação de cinco localidades: Várzea do Marçal, Juiz de Fora, Paraúna, Barbacena e Belo Horizonte. Essa comissão técnica foi nomeada pelo governador Afonso Pena, e chefiada pelo engenheiro Aarão Reis.

Segundo Julião (2011), embora o parecer da comissão de estudos tenha indicado Várzea do Marçal, localidade próxima a São João del Rei, o Congresso Mineiro, a partir de um arranjo político, designaria Curral Del Rei, atual Belo Horizonte, como a segunda opção recomendada pelo estudo.

Nesse intervalo de tempo, entre a decisão pela transferência da Capital, em 1891, e a escolha de sua localização, em 1893, a discussão iniciada no Congresso estendeu-se a um público ampliado, ganhou as páginas de jornais e dividiu opiniões. Imagens recorrentes em defesa da transferência da Capital associaram-na a um centro de desenvolvimento econômico, intelectual e político, enquanto os antimudancistas lamentavam o abandono de Ouro Preto e apontavam as mazelas da vida nas grandes cidades modernas, principalmente os riscos para a paz social e os valores morais. (JULIÃO, 2011, p. 118)



Os debates seriam intensos. Ao serem derrotados, os não mudancistas passaram a apoiar a transferência para Curral del Rei. Posto em votação o relatório, o plenário faria ainda uma tentativa de incluir Barbacena e Juiz de Fora como alternativas, mas não houve mudanças. A escolha do Curral del Rei como nova capital se deu pela diferença de apenas dois votos.

Tais debates evidenciavam posicionamentos diferentes, relacionados não apenas a questões de ordem política e econômica, mas também ao imaginário urbano moderno e às percepções sobre Ouro Preto. Conforme Viscardi:

(...) a existência de dois projetos distintos que se opunham. Um ligado ao futuro e outro ao passado. Ambos foram derrotados por um terceiro projeto, que advogava a construção de uma capital moderna em um espaço da tradição, ou seja, inserindo o futuro no passado. Embora a opção vitoriosa possa refletir a conciliação entre os dois projetos em luta, tal não ocorreu, pois ambos foram derrotados. O primeiro por não sediar mais a capital. E o segundo por não ser mais a capital. Venceu o tertius, lugar-comum, em se tratando de decisões políticas que se polarizam (VISCARDI, 2007, p. 40).

3. A Construção De Belo Horizonte

A escolha por Belo Horizonte estava relacionada ainda à ideia da centralidade geográfica como uma estratégia que visava garantir a integridade do território. Havia certa percepção de que Minas Gerais constituiria uma “colcha de retalhos”, reforçada posteriormente pelos estudos historiográficos, resultante do desenvolvimento desigual de suas regiões. A construção da nova capital era também uma aposta em um centro de poder que pudesse exercer esse papel de integração.

Além da tese da centralidade geográfica, defendia-se a construção de uma capital onde se poderia implantar um sistema viário que articulasse o centro de poder às demais regiões do estado e do país. Havia ainda a preocupação com uma nova estética urbanística e arquitetônica mais condizente com os novos tempos.

A necessidade de distinguir-se da antiga ordem impunha um deslocamento, uma mudança de lugar, capaz de demarcar a emergência de um tempo de alteração social. Se o advento da República era o elemento-chave na concepção dessa temporalidade, a cidade foi, por excelência, o espaço da sua representação. Opondo-se à sociedade rural e arcaica, ela sugeria uma vida cosmopolita, em incessante transformação, locus de um espaço público formado por indivíduos emancipados. (JULIÃO, 2011, p. 126)



Segundo Julião, era preciso transformar as relações sociais aristocráticas e tradicionais da elite mineira, mostrando-lhes um novo estilo de vida mais adequado à urbanidade sugerida pelo espaço da nova capital. Essa nova sociabilidade deveria se deslocar do espaço doméstico para o espaço público, ganhando as ruas. Por outro lado, essas transformações geravam críticas e resistências aos novos padrões de vida. “Para muitos a Capital não passava de uma paisagem insólita, cujo cenário, destoante da tradição do urbanismo colonial, chegava mesmo a infligir-lhes mal estar” (JULIÃO, 2011, p. 131).

A geografia da nova capital, em acordo às premissas urbanísticas que visava a higiene coletiva, a iluminação, a circulação do ar e a ventilação, causava também estranhamento devido a uniformidade de sua malha urbana que buscava uma legibilidade imediata da cidade (JULIÃO, 2011, p. 132). A nova estética urbana seria paulatinamente apreendida por seus habitantes. E Ouro Preto ganharia um outro status, reconhecendo-se o valor de sua história, configurando-se como patrimônio urbano, de relevância artística e arquitetônica.

4. Bibliografia

JULIÃO, Letícia. Sensibilidades e representações urbanas na transferência da Capital de Minas Gerais. **História** (São Paulo) v.30, n.1, p.114-147, jan./jun. 2011.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro Viscardi. A capital controversa. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Belo Horizonte: APM/Roxia. Ano XLIII, nº2. Julho-Dezembro de 2007.

8. Cidades mineiras e o patrimônio cultural

1. Introdução

Nesta aula, vamos refletir um pouco sobre a fundação do serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), mas tarde renomeado para Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), e o tombamento dos conjuntos arquitetônicos das cidades mineiras. Dentre elas, particularmente Ouro Preto, considerada uma espécie de cidade modelo quanto à preservação de vestígios do passado, sobretudo o colonial.

2. A Emergência De Ouro Preto Como Patrimônio Urbano

Após a transferência da capital para Belo Horizonte, vemos um movimento que levaria à conversão de Ouro Preto e do Arraial do Curral del Rei a **patrimônios culturais nacionais**. Esse processo se efetivaria na década de 1930, cada caso seguindo direções distintas.



Patrimônios culturais nacionais: De acordo com a Constituição Brasileira de 1988, em seu Art. 216, constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de alusão à identidade, à ação, à memória dos diversos grupos constitutivos da sociedade brasileira. (Patrimônio Cultural/IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218> - Acesso em: 25/02/2020)

Sobre Curral del Rei, Julião aponta que:

Vestígios do povoado desaparecido – fragmentos construtivos, fechaduras e utensílios das casas, bens integrados da antiga matriz de N. S. da Boa Viagem, e, claro, as imagens do Gabinete Fotográfico da Comissão Construtora e as telas Émile Rouède – integraram uma coleção denominada Seção de objetos originários do Arraial do Curral Del Rei, do Museu de História de Belo Horizonte (JULIÃO, 2011, p. 137).

O museu seria organizado na década de 1930 pelo historiador e jornalista Abílio Barreto e aberto ao público em 1943, mais tarde sendo denominado de Museu Histórico Abílio Barreto (1967). Instalado em uma casa de fazenda, o museu era vestígio do antigo arraial. A edificação se tornaria posteriormente símbolo do patrimônio urbano e da memória de Belo Horizonte. Além do museu, Abílio Barreto constituiria duas outras coleções: uma referente a Belo Horizonte, com objetos históricos e artísticos desde a sua fundação; e a outra composta por bens históricos, artísticos, arqueológicos e etnográfico de Minas Gerais, particularmente de Ouro Preto.



A coleção sobre Belo Horizonte seria constituída, apesar das orientações contrárias do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), órgão do governo federal criado em 1937, que compreendia que o acervo deveria se ater ao recolhimento de objetos do Arraial do Curral Del Rei. Essa restrição, 8 39 provavelmente, se devia à concepção de objeto museológico da época.

No entanto, a coleção foi constituída, tornando o principal foco do acervo. Quanto à coleção sobre Minas Gerais poucos objetos seriam incorporados ao Museu, provavelmente em função do processo, em curso na década de 1930, de patrimonialização de Ouro Preto.

A instalação da República foi decisiva para ressignificar o movimento da Inconfidência Mineira (1789) e seus protagonistas em marcos fundadores da nacionalidade. Houve uma apropriação republicana da figura de Tiradentes, que se tornaria herói da República, popularizando como símbolo da nação.

Tanto Belo Horizonte quanto Ouro Preto, cada localidade a seu modo – uma com vistas à simbologia do passado e outra com olhos postos no futuro - serviram ao imaginário da República.

No caso de Ouro Preto:

Na qualidade de um artefato que resistia ao tempo, a sorte de Ouro Preto não foi muito diferente das demais cidades criadas sob signo do absolutismo português e de uma sociedade escravista e patriarcal. Interessava, no contexto republicano de aposta na força do progresso, proceder ao apagamento dos quadros urbanos coloniais, reformulando ou abandonando as estruturas correlatas à vida urbana pretérita. (JULIÃO, 2011, P. 139)

No começo do século XX, a defesa do valor artístico e arquitetônico de Ouro Preto era uma pauta restrita, apoiada por poucos intelectuais, como Gustavo Barroso, Afonso Arinos e Mário de Andrade. Duas comemorações, próximas à mudança da capital – a inauguração do monumento a Tiradentes (1892), erguida na praça principal de Ouro Preto e o bicentenário de Ouro Preto (1911) –, contribuíram para ampliar o interesse sobre a cidade à época, além de realçar o reconhecimento símbolo da República pela defesa da luta pela liberdade efetuada pela Inconfidência Mineira. Vale ressaltar que as comemorações ocorreram em momentos difíceis para Ouro Preto, de esvaziamento populacional e de perda de prestígio político. Ainda que alçada a lugar privilegiado da memória nacional, a cidade viveria tempos de ostracismo.



O reconhecimento do valor de Ouro Preto como patrimônio urbano só viria ocorrer mais tarde. Fato que deve muito à geração de modernistas que, nos anos de 1920, se empenhou em reinterpretar o passado e reelaborar as bases da nacionalidade, voltando os olhos para o interior do país, em busca da cultura brasileira genuína. Especificamente a viagem de modernistas paulistas a Minas, em 1924, acompanhando o poeta franco-suíço Blaise Cendrars, foi decisiva na redescoberta do passado colonial. (JULIÃO, 2011, p. 139)

Nos anos 1930, durante o governo Vargas, as perspectivas modernistas sobre o passado brasileiro serviriam de base para a construção de políticas públicas. Uma delas, particularmente, seria a elaboração de uma política cultural que preservaria a herança política e cultural no período colonial. Antes mesmo da política de preservação do patrimônio brasileiro, instituída em 1937, Ouro Preto seria alçada por decreto, a monumento nacional em 1933.

3. A Atuação Do Iphan

Uma das primeiras iniciativas do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), após sua criação, foi o tombamento do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Ouro Preto, em 1938, juntamente com outras cidades coloniais mineiras.

Em 1942, Ouro Preto ganharia o Museu da Inconfidência, concebido e administrado pelo Serviço de Patrimônio.

Redimida de seu suposto abandono, Ouro Preto se inscrevia como patrimônio, não na qualidade de lugar que inspirava o exercício de reminiscência cívica, do culto da mercadoria de feitos heroicos, mas como um artefato exemplar do engenho humano, o qual guardava vigorosos elos com o presente, funcionando como uma espécie de fiador do projeto político de construção da nação e da modernização no pós 30, porque testemunho incontestado da força criadora da cultura brasileira. (JULIÃO, 2011, p. 140)

As políticas públicas adotadas pelo SPHAN (depois IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), desde a sua criação até a década de 1960, valorizaria as cidades e as comunidades urbanas pela uniformidade de seus aspectos estilísticos.

A partir das cidades mineiras, com o intuito de elaborar uma imagem que representasse o Brasil como nação moderna, o IPHAN consagrou e difundiu essas cidades como as que comportavam valor de patrimônio, constituindo nesse processo tanto uma representação de Brasil, como uma imagem socialmente aceita do que seria o patrimônio histórico e cultural brasileiro.

Com a preservação das cidades mineiras, desconsiderando outras, o IPHAN estabeleceu os critérios para a valorização do patrimônio urbano que considerava, exclusivamente, as características estético-estilísticas de sua arquitetura. Elegeu os conjuntos urbanísticos/arquitetônicos coloniais ou monumentos, considerados excepcionais, nas cidades que perderam sua uniformidade colonial. Para Mota:



Segundo os arquitetos modernistas, os sítios urbanos, além de coloniais, deviam ter características estilísticas uniformes ou passíveis de restauração de sua uniformidade, equiparando-se a uma obra de arte. Também deviam estar longe das pressões e ameaças de modernização do progresso, conseqüentes à industrialização ou ao crescimento das grandes cidades. Na ausência dessa condição, tais sítios eram desconsiderados, e eram selecionadas apenas as edificações coloniais de caráter monumental em seu interior (MOTA, 2002, p. 128).

História de Minas

V. Lana; P.V. Lopes de Araujo

Em função desses pressupostos, Lúcio Costa justificou, por exemplo, o não tombamento da cidade de Sabará, pelo IPHAN, nos anos 1930, embora a cidade permanecesse uniforme. As cidades que não se ajustavam ao Decreto Lei n. 25, que criou o procedimento de tombamento, ficariam à própria sorte. No Rio de Janeiro, os imóveis foram selecionados em função de seu valor individual, desconsiderando os conjuntos urbanos.

O resultado dessa atuação do Iphan foi de abrangência nacional, preservando 22 áreas urbanas – centros históricos e conjuntos urbanos –, assim como igrejas, capelas, conventos, passos, casas nobres, solares, sobrados, palácios, palacetes, paços municipais, casas de câmara e cadeia, chafarizes, aquedutos, pontes e fortalezas, entre outros imóveis excepcionais, na sua maioria coloniais, nas cidades maiores já haviam sido descaracterizadas na sua feição colonial. Cabe ressaltar que a maioria dos tombamentos feitos até 1967 era de sítios e imóveis situados em Minas Gerais, tendo sido sete as cidades históricas tombadas no Estado ainda em 1938. (MOTA, 2002, p. 130)



SAIBA MAIS: Leia:



De acordo com informações do site do IPHAN, seriam seis o número de conjuntos arquitetônicos e urbanísticos tombados, em 1938, em Minas Gerais: Ouro Preto, Diamantina, Mariana, São João del Rei, Serro e Tiradentes.



Para Mota, a principal ponderação a ser feita é de que a atuação do IPHAN, pautada no critério arquitetônico referenciado a um estilo e a valores estéticos dos arquitetos modernistas da instituição levou à formulação, ao longo do tempo, de uma imagem homogênea para o Brasil, que integrava a maior parte do território brasileiro. Dessa maneira, raras ações procuraram selecionar o patrimônio considerando outras características, além das estético-estilísticas e da perspectiva de excepcionalidade definidas.

Embora o IPHAN passasse por significativas mudanças a partir de 1979, com a chegada de Aloísio Magalhães, as principais transformações estiveram relacionadas à incorporação dos conjuntos ecléticos nos tombamentos das áreas urbanas, ou de imóveis nobres ou de caráter excepcional. Mantinham-se ainda os critérios estético-estilísticos

definidos pelas obras de arquitetura que se guiavam ainda pela perspectiva de uniformidade do conjunto ou de excepcionalidade.

Agravante desse processo diz respeito à tendência de exploração dos aspectos fachadistas adotados na década de 1990, com vistas à “apropriação dos sítios urbanos mais antigos das cidades como produtos de consumo ou de apoio ao consumo.” (MOTA, 2002, p. 137). Tais perspectivas desconsideram os sítios urbanos como locais referenciais para uma população heterogênea e diversificada, com capacidade para atribuir significado e reconhecer elementos de sua história e identidade, seja como “parte da nação, da cidade, como lugar de sua vivência afetiva ou como participante da construção local.” (MOTA, 2002, p. 137).

Sem desconsiderar a importância dos estilos arquitetônicos, as cidades e sua forma urbana devem ser valorizadas em função dos processos de (re)apropriação e de (re)significação dos espaços, apreendidos culturalmente e dos significados sociais atribuídos a eles e resultado dos diferentes interesses que colocam em cena.

4. Bibliografia

JULIÃO, Letícia. Sensibilidades e representações urbanas na transferência da Capital de Minas Gerais. **História** (São Paulo) v.30, n.1, p.114-147, jan./jun. 2011.

MOTA, Lia. Cidades mineiras e o Iphan. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). **Cidade: História e Desafios**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2002. (p.124-139). Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1264.pdf

Portal IPHAN. **Notícia. 1937 a 1970: desafios dos primeiros tombamentos**. Publicada em 05 de maio de 2016, às 16h40. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/3576>. Acesso em: 22/02/2020.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. **Preservação do patrimônio cultural das cidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

Materiais Complementares



- Site Do Estado De Minas Gerais

<https://www.mg.gov.br>

Esse é o endereço eletrônico oficial do governo do estado de Minas Gerais. Nesse domínio é possível encontrar aspectos gerais sobre a história mineira, a estrutura do governo, com os nomes de todos os representantes do poder público e dos espaços desse poder. A sessão “cidadão” tem uma diversidade de temas com informações, inclusive para acesso, como água e saneamento, assistência social, meio ambiente, mulher, pessoas com deficiência, saúde e meio ambiente, documentos, dentre outros. Essa sessão é bem interessante pois traz indicativos importantes dos nossos direitos de participação social e da forma através da qual podemos acessá-los. Além disso, o site oferece ainda informações sobre os municípios mineiros e dados das contas públicas do estado.

- Documentário Sobre Amigos e Canções

Conta a história do movimento musical mineiro Clube da Esquina. Produzido como trabalho final do curso de Jornalismo da PUC-SP, o filme superou expectativas e foi exibido na TV Cultura e em diversos festivais e mostras. As diretoras entrevistaram e acompanharam, durante todo um ano, músicos como Milton Nascimento, Lô Borges, Beto Guedes, Wagner Tiso, Toninho Horta e outros. Além das histórias contadas pelos protagonistas do movimento, o documentário é recheado com um material de pesquisa rico em imagens históricas.

Direção e Roteiro: Bel Mercês e Leticia Gimenez

Edição: Thais Cortez

Apoio: TV PUC / TV

Cultura <https://www.youtube.com/watch?v=SACaczm6gA4>

- Filme Memória de Conceição do Mato Dentro

Filme em preto e branco de 1952, sobre Conceição do Mato Dentro - MG. Acervo histórico de José Pedro da Silva - Zezinho da Isaura. Apresentado por Celso Luiz Cirino Silva. <https://www.youtube.com/watch?v=Ba67xFxS7pM>

- Documentário Os povos de Lagoa Santa

Pesquisa Fapesp - Um grupo de pesquisadores de diversas áreas trabalha em um sítio arqueológico na Lapa do Santo, Minas Gerais, para desenterrar e documentar os indícios da vida e da morte da população que vivia ali no período entre 8 mil e 12 mil anos atrás. <https://www.youtube.com/watch?v=ryILOG-oygXw>



ISDPC
Curso de Identificação,
Salvaguarda e Difusão
do Patrimônio Cultural

cead_{UFV}
Coordenadoria de
Educação Aberta e a Distância

UFV
Universidade Federal de Viçosa